

## Intervenção Tribuna

### “Sustentabilidade Energética e Ambiental”

Senhora Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Este é o primeiro Plano e Orçamento que está esta Assembleia a analisar na legislatura que se iniciou há cerca de 5 meses, que reflete e que inscreve algumas das propostas sufragadas pelos açorianos e que terá, o Partido Socialista, a responsabilidade de as implementar e de as executar, até ao culminar da presente legislatura.

Relativamente ao ambiente e energia, importa referir e reiterar a decisão em promover a concentração num mesmo departamento governamental os sectores do Ambiente, da Energia e do Turismo, numa clara intensão de se potenciar e interligar essas áreas.

Temos a consciência clara do caminho percorrido, mas porque queremos sempre mais e melhor, consideramos importante que estas áreas se encontrem em estreita ligação, para que os fatores associados à sustentabilidade

ambiental e energética contribuam, também elas, para uma melhor oferta turística nos Açores.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Entre as muitas áreas que versam os documentos em análise, gostaríamos de realçar e aprofundar duas delas: a gestão de resíduos e a sustentabilidade energética.

O esforço desenvolvido ao longo da última década ao nível da Qualidade Ambiental, através dos governos da responsabilidade do PS, foi enorme e inegável! A implementação dos pressupostos PEGRA – aprovado nesta Casa em 2008, e que, refira-se, o PSD se absteve nessa importante votação – permitiu que fossem criadas estruturas de ilha, tendo-se hoje, nos Açores, uma gestão de resíduos mais eficiente e mais sustentável.

Hoje nos Açores, temos sistemas de gestão de resíduos que conferem um tratamento adequado desses recursos; temos Centros de Processamento de Resíduos nas ilhas de menor dimensão, que permitem uma separação multimaterial dos mesmos, assim como o seu correto encaminhamento; onde

existem Ecocentros Integrados, permitindo desta forma, um incremento das taxas de reciclagem na Região.

Hoje, nos Açores, por iniciativa do Governo, caminhamos a passos largos para a conclusão dos investimentos associados à selagens de lixeiras e dos aterros de responsabilidade municipal, que se encontravam em fim de vida e que se constituíam como potenciais focos de poluição do solo e das águas.

Assumimos: Não queremos ter Lixeiras nos Açores! Queremos sim, sistemas integrados, adequados e que cumpram todas as regras associadas à adequada e correta gestão de resíduos. Queremos e estamos a conseguir!

Este é um percurso que os Governos do PS têm vindo a desenvolver e implementar de forma a que a gestão dos resíduos nas várias ilhas aconteça de um modo sustentável, integrado e adequado à nossa realidade.

Refira-se que a gestão de resíduos em ilhas, muitas delas com pequena área territorial, carece de uma atenção especial, não sendo possível a conceção indefinida de aterros sanitários, que ocupam espaço e que, ao longo dos anos, podem ser potenciais fontes de poluição dos solos e das águas. É por isso necessário a adoção de novas metodologias, novas tecnologias e desenvolvimento de outros investimentos de forma a que os resíduos produzidos nos Açores possam ser gerido de uma forma eficaz, cumprindo as regras e também as metas impostas ao País por parte da União Europeia.

Ao nível da definição de políticas de gestão de resíduos e em consonância com a hierarquia de gestão de resíduos, foi aberta a possibilidade, também na Região, à semelhança do que acontece em toda a Europa, de se proceder à Valorização Energética dos nossos resíduos, cumprindo as metas de

Reciclagem e de Valorização, assim como respeitando os fatores ambientais em presença.

Nesse âmbito, por iniciativa municipal, foi construída e já em funcionamento, a Central de Valorização Energética da Ilha Terceira, que trata os resíduos produzidos nessa ilha e que não são passíveis de serem enviados para reciclagem, assim como o refugo das ilhas onde existem em funcionamento centros de processamento de resíduos e com os aterros devidamente selados.

Hipótese semelhante terão os municípios da ilha de São Miguel, caso assim o entendam e desde que cumpram as metas, respeitem a hierarquia de gestão de resíduos, assim como promovam a produção de energia elétrica passível de ser consumida pelos habitantes da ilha de São Miguel.

Refira-se que ao nível do PEPGRA – aprovado nesta Casa também como a abstenções do PSD – será dado um forte impulso ao nível da Prevenção de produção de resíduos, de forma a dar cumprimento ao primeiro R da política dos 4 R's – Redução, Reutilização, Reciclagem e Recuperação – em que os aspetos e as ações associadas à cidadania ativa serão uma evidencia. Daqui resultará inevitavelmente um incremento da dinamização da Rede de Ecotecas e Centros de Interpretação existentes nos Açores, de forma a que seja dado continuidade ao trabalho de sensibilização ambiental.

É, pois um trabalho que o governo pretende continuar a promover, de forma a que os Açores continuem a deter os padrões de qualidade ambiental reconhecidos por todos os que nos visitam.

Realçar ainda o facto de nos Açores existirem já licenciados mais de 70 operadores de gestão de resíduos, empresas que gerem todas as tipologias de

resíduos, que criam emprego, que utilizam mão-de-obra local, que criam uma mais valia económica e ambiental, constituindo-se como parceiros nesta difícil tarefa de gerir um recurso que muitos teimam ainda em chamar simplesmente lixo.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

A sustentabilidade energética é, também, uma área onde se verificar-se-á um incremento na sua ação, fruto do caminho que os Governos do PS têm feito ao longo dos últimos anos e que agora, nesta legislatura, terá uma maior visibilidade.

As alterações do clima são um tema que alguns ainda não dão a devida importância, constituindo-se uma questão com implicações diretas na vida dos cidadãos, ao nível económico, social e ambiental, e caso, não sejam tomadas as necessárias medidas, poderão ocorrer no futuro consequências nefastas a escala global.

É, pois, por isso, que o Governo dos Açores pretende apresentar a esta Assembleia durante este ano uma proposta de Plano Regional das Alterações Climáticas e é por isso também que desde há muito que os Açores participam em comissões de âmbito nacional que tem trabalhado e estudado esses efeitos das alterações do clima. É também com esse propósito que na ilha Graciosa

existe um investimento sobre o estudo de Clima, em parceria com a Universidade dos Açores e Governo Regional, que nos ajudará a melhor compreender esses fenómenos e que este Grupo Parlamentar continuará a dar a melhor atenção. É agora altura de se implementar as metodologias estudadas, definir-se as regras e assim conseguir-se uma Região onde a sustentabilidade energética, a par da sustentabilidade ambiental, seja cada vez mais evidente.

Destacar também a intenção do Governo dos Açores em iniciar este ano, a Estratégia Açoriana de Energia 2030, onde serão definidos programas, ações e medidas, que permitirão atrair investimentos e incrementar o conhecimento em soluções integradas e inovadoras, assim como criar novos programas e sistemas de incentivos, complementares ao ProEnergia, que potenciarão a produção de energia de base renovável e que apoiou já mais de 260 projetos.

É neste sentido que temos que continuar a trabalhar, de forma a potenciar a utilização dos recursos renováveis disponíveis e conseqüentemente um abaixamento da fatura energética dos Açores e dos Açorianos.

Por ultimo, dizer que o PS cá estará, hoje, tal como ontem, para conduzir os destinos dos Açores, com humildade, mas com a determinação e a confiança que os açorianos nos conferiram, para gerir esta nossa Região Certificada pela Natureza.

Disse

Horta, sala das sessões, 16 de março de 2017

A Deputada: Barbara Chaves